

**MULHERES COMO SUJEITOS: *NEM TUDO É SILÊNCIO*****WOMEN AS SUBJECTS: *NEM TUDO É SILÊNCIO***Andressa Estrela Lima¹

Recebido em: 03 set. 2019.

Aceito em: 22 jan. 2020.

DOI 10.26512/aguaviva.v5i3.27023

RESUMO: O presente artigo analisa, a partir do romance *Nem tudo é silêncio* (2010), de Sonia Regina Bischain, a violência que perpassa a vida das personagens na narrativa desde a colonização até a democracia atual. Nesse sentido, partindo da representação da violência na literatura brasileira contemporânea, discuto particularidades dessas figuras, as quais permitirão desenvolver, a partir da visão da mulher, a não superação da colonialidade na modernidade. Ademais, o corpo feminino se torna um “corpo colonizado” e será o protagonista desse romance de formação, reivindicando o lugar da mulher como sujeito. Diante disso, problematizo as questões que envolvem esse percurso histórico violento brasileiro e a importância da literatura a respeito dessas temáticas.

Palavras-chave: Mulher. Violência. Corpo colonizado. Romance de formação. Sonia Regina Bischain.

ABSTRACT: This article analyzes, from Sonia Regina Bischain 's novel *Nem tudo é silêncio* (2010), the violence that permeates the life of the characters in the narrative from the colonization to the current democracy. In this sense, starting from the representation of violence in contemporary Brazilian literature, I discuss the particularities of these figures, which will allow us to develop from the perspective of women the non-overcoming of coloniality in modernity. In addition, the female body becomes a "colonized body" and will be the protagonist of this novel of formation, claiming the place of the woman as subject. In view of this, I problematize the issues surrounding this historical Brazilian violent trajectory and the importance of literature on these issues.

Keywords: Woman. Violence. Colonized body. Romance training; Sonia Regina Bischain.

O apagamento das mulheres na literatura não é novidade. Quando a mulher fala é lhe dado um *status* de subalternidade. Por muito tempo, as representações criadas por mulheres

¹ Possui graduação em licenciatura plena em Letras - Português pela Universidade Estadual do Piauí (2015). Mestre em Literatura na Universidade de Brasília (2018). Doutoranda em Literatura na Universidade de Brasília (UnB). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura. E-mail: andressa_e@outlook.com



receberam um valor menor de escrita, como vemos no texto *Refutações ao Feminismo* (2006) de Rita Terezinha Schimdt:

Penso que o descrédito veemente à literatura produzida por mulheres no passado é uma forma de controlar o campo literário a partir de um conceito de literatura que ratifica o aparato de saber/poder indissociável das elites culturais – diga-se, a comunidade interpretativa de indivíduos que introjetaram o ponto de vista do gênero, da classe e da raça dominante – e que, portanto, está inserido no campo de relações sociais de poder (SCHIMDT, 2006, p. 778).

A partir desse posicionamento, penso a importância de analisarmos obras contemporâneas brasileiras escritas por mulheres que refletem sobre esse lugar problemático que ocupamos na sociedade. Por isso, o objetivo desse artigo é pensarmos sobre o romance *Nem tudo é silêncio* (2010) de Sonia Regina Bischain, que apresenta um leque de figurações de realidades vivenciadas, considerando a violência, o estupro, o desrespeito e opressões, tanto na formação histórica do Brasil, como nos dias atuais.

A narrativa acompanha a trajetória de quatro personagens principais: Aisha, Jaci, Ritinha, Iara. Essas mulheres contam suas histórias encadeando o pessoal e o público. Ritinha narra a parte inicial do romance, chamado *Tempo Presente*, para depois iniciar as outras vozes da narrativa referente ao passado colonial brasileiro com o capítulo chamado *Tempos primeiros – Fragmentos* que se inicia com a Aisha, que é uma negra escrava que cuida de Jacira que chega sangrando devido ao estupro sofrido pelos homens brancos da região. Desse ato brutal a índia ficou grávida, dando à luz a uma menina chamada Jaci, e acaba morrendo logo depois do parto. Jaci é criada pelas escravas Aisha e Kinah. Depois da morte das duas mães, ela parte para Minas Gerais, migra para o Rio de Janeiro e por fim vai para São Paulo. Em seu último destino casa com Juvenal, engravidando de Iara e de outros filhos. Ademais, Ritinha começa a falar sua história, sendo a personagem que mais narra o romance, contando seu percurso de vida, em que o destino dela se cruza com o de Iara, vulgo velha. No final da obra, Iara relata sua história.

O poema inicial do livro sinaliza o que iremos ver a seguir: uma resistência ao silenciamento das mulheres imposto pelos discursos dominantes:

Ah, essas pessoas horríveis
de língua traiçoeira
que detém o poder
e pelo canto do olho
me observam
me negam o conhecimento
apagam a história



destroem a memória
e querem que eu
me sinta pequena!
(Bischain, 2006, p. 6)

Esse fragmento indica o grito de negação aos que querem perpetuar o descrédito e o controle do campo literário. Por isso, as mulheres do romance reivindicam a memória de suas ancestrais. Nesse sentido, analisaremos as figuras representadas na narrativa considerando a mulher como sujeito do romance de formação, a violência, a colonialidade na modernidade, o corpo colonizado. A perpetuação das heranças coloniais no Brasil é abordada através dos tópicos de discussão a seguir.

Romance de formação feminino

Considerando o apagamento das mulheres na literatura, *Nem tudo é silêncio* (2010) resiste contra essa constante subjugação. As vozes que compõem a trama falam principalmente da dor que carregam por ser mulher e da violência que faz parte do cotidiano das personagens. Representar² essas histórias aflitivas fazem parte de um movimento de reflexão sobre esta violência que persiste. Essa é a força implementada a partir da literatura, pois, a partir dela, o subalterno fala. De acordo com Regina Dalcastagné (2006):

Esta preocupação com a diversidade de vozes não é um mero eco de modismos acadêmicos, mas algo com importância política. [...]. O reconhecimento do valor da experiência e da manifestação desta experiência por mulheres, trabalhadores, negros, índios, gays, deficientes [...]. A literatura é um espaço privilegiado para tal manifestação, pela legitimidade social que ela ainda retém. (DALCASTAGNÉ, 2006, p. 201).

O romance de formação *Nem tudo é silêncio* reivindica a trajetória das mulheres como sujeitos que fazem parte tanto do espaço público como do privado, manifestando o lugar secundário que lhes foi imposto. Por isso, o protagonismo da mulher é importante, pois os romances de formação são, em sua maioria, masculinos. No primeiro capítulo da obra vemos a

² Para delinear as problematizações entre narrativa literária e o exercício da violência presente em *Nem tudo é silêncio* é importante dialogarmos com o conceito de representação literária. Diante deste tema, entendo que os atos da linguagem acontecem na ficção e acontecem na linguagem real por conta das referencialidades. Segundo o teórico literário Antoine Compagnon, no livro *O demônio da teoria: literatura e senso comum*, vemos que “na ficção se realizam os mesmos atos de linguagem que no mundo real [...] A literatura explora as propriedades referenciais da linguagem” (COMPAGNON, 2001, p. 135), ou seja, a literatura mistura os mundos, tanto o real, como o possível, se tornando “o próprio entrelugar, a interface” (COMPAGNON, 2001, p. 138).



narradora Rita dialogando com a personagem Rosa, uma mulher que trabalha como faxineira na casa. Rosa conta as atrocidades que o marido faz com ela e com os filhos:

- Uma noite eu acordei e vi meu marido bolinando minha filha. A casa é pequena, a gente dorme tudo no mesmo quarto... Foi por isso que mandei ele ir embora. Mas agora ele voltou. – Como você o aceitou de volta? Você tem que denunciá-lo. – Eu tenho medo dele (BISCHAIN, 2010, p. 25).

A maioria dos abusos que acometem as mulheres é no âmbito privado, pois a máxima “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” impera na cultura e no imaginário brasileiro. No caso da personagem Rosa a história acaba bem, dado que ela consegue se livrar do marido opressor e ir morar com a irmã. Outros relatos feitos por Rita não acabam tão bem como esse.

O caráter de denúncia que acompanha as mulheres da narrativa é possível pelo romance de formação³, que, segundo Cíntia Schwantes (2006), “são uma forma privilegiada de discussão da identidade de grupos sociais minoritários, uma vez que, através da trajetória de um indivíduo paradigmático, temos a discussão que se estende para todo um estamento da sociedade” (SCHWANTES, 2006, p. 15). A representação feminina em questão percorre um processo de individualização que demonstra a força que as move, mesmo em frente a situações degradantes. A teórica Schmidt (2006) fala da retórica da família que se opõem a liberdade da mulher discutida pelo feminismo, que, até os dias de hoje, é demonizado pela sociedade:

Pode-se afirmar que a oposição à luta das mulheres e ao feminismo se alimentou e ganhou força justamente através da retórica da família – da grande e harmoniosa família miscigenada cristã brasileira, na visão idealizada de Gilberto Freyre, em seu clássico *Casa-Grande & Senzala* –, uma retórica que, amparada pelo Estado e pela Igreja desde o passado, vem jogando para baixo do tapete toda a tragédia decorrente do autoritarismo, da violência, da luxúria e da bastardia que marca nossa história. (SCHMIDT, 2006, p. 776).

Quebrando o silêncio dessa realidade construída para o Brasil, a narrativa exhibe a crueza do cotidiano, retirando o tapete de cima das atrocidades que acompanham a luta feminina. Diante disso, falaremos na próxima subdivisão acerca da miscigenação do Brasil proposta pela narrativa em questão.

³ Outro romance de formação feminino que trabalha com questões que perpassam a vida das mulheres, também explorando as violências cotidianas, é a narrativa *Com armas sonolentas: romance de formação* da escritora Carola Saavedra. Essa trama aborda a ancestralidade feminina, migração, maternidade, além do trauma da violência que é passado por gerações.



Berço violento do Brasil

O romance *Nem tudo é silêncio* descreve, no segundo capítulo da trama, a origem da personagem Jaci, que nasce pela junção de raças do branco - europeu e do nativo brasileiro - índio. Essa relação é estabelecida pelo estupro: “Me apareceram aqui com essa bugresinha. Tava mais morta que viva! Sangrando nas partes! [...] Mas percebi que os home que judiaram dela, deixaram ela prenha... e a coitadinha é tão novinha!” (BISCHAIN, 2010, p. 32). Nesse excerto a narradora expõe a violência da mistura de raças do Brasil e desmistifica a áurea pacificadora construída nos discursos oficiais do país. No ano de 2013, Luiz Ruffato, na fala realizada na feira do livro de Frankfurt, discursa a respeito da miscigenação:

Avoca-se sempre, como signo da tolerância nacional, a chamada democracia racial brasileira, mito corrente de que não teria havido dizimação, mas assimilação dos autóctones. Esse eufemismo, no entanto, serve apenas para acobertar um fato indiscutível: se nossa população é mestiça, deve-se ao cruzamento de homens europeus com mulheres indígenas ou africanas - ou seja, a assimilação se deu através do estupro das nativas e negras pelos colonizadores brancos. (RUFFATO, 2013, p. 01).

Ainda nesse capítulo, Aisha denuncia os maus tratos que os negros passam com seus senhores: “Dizem que em outras fazendas os negros sofrem muitos maltrato, tem sinhô que manda castrá e cortá a língua dos escravo e os home se diverti caçando e matando índio nas mata” (BISCHAIN, 2010, p. 31). A personagem que representa a fala de uma escrava narra o berço violento que a sociedade brasileira foi fundada. Nesse sentido, percebemos que “a história do Brasil vem sendo alicerçada quase que exclusivamente na negação explícita do outro, por meio da violência e da indiferença” (RUFFATO, 2013, p. 01).

Logo após a morte de Aisha e Kinah, Jaci, filha da “Bugresinha”, parte rumo as cidades grandes. No Rio de Janeiro vivencia o processo de urbanização, que afastava os negros e pobres para as periferias, construindo como moradia barracos nos morros da favela. Em São Paulo, casa-se com Juvenal e tem 3 filhos: Olavo, Sebastião e Iara. Neste período, Jaci conta as dificuldades da época industrial, principalmente as péssimas condições de trabalho nas fábricas. Seu filho Olavo vive doente, pois: “Os que trabalha na caldeira e os que trabalha nesse lugar frio tão sempre doentes” (BISCHAIN, 2010, p. 37). Por conta do emprego na empresa de vidros, ele adquire uma enfermidade nos pulmões e falece. Jaci chega ao indizível da dor, perdendo assim o primogênito. Bem como na escravidão, essas formas de trabalho apresentam uma



“descartabilidade da vida humana” disfarçada de progresso, como na fala Walter D. Mignolo (2017):

Há, no entanto, uma dimensão oculta dos eventos que aconteciam ao mesmo tempo, tanto no âmbito da economia como no do conhecimento: *a dispensabilidade* (ou descartabilidade) *da vida humana*, e da vida em geral, desde a Revolução Industrial até o século XXI. [...]. Assim, ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis. (MIGNOLO, 2017, p. 04, grifo do autor).

A filha mais nova de Jaci, Iara, desde nova trabalha na fábrica de brinquedos, fazendo 12 horas de trabalho. Com o passar do tempo, Iara casa com Antônio e por conta disso acaba sendo demitida do emprego. Depois do primeiro filho ela volta a trabalhar, tendo que mentir que era solteira para ser empregada. Iara dá à luz a três filhos: Henrique, Edson, Lucas. Sua quarta filha, chamada Elisa, é adotada. Depois dessa segunda parte, Ritinha conta suas memórias, desde a infância até a vida adulta, expondo as inúmeras violências que atravessam sua existência, como iremos falar abaixo.

Violência circunscrita na infância

A primeira cena violenta que Rita vivencia é quando criança, presenciando um assassinato de um homem pela polícia no bambuzal perto de sua casa: “Gritaram, gritaram e o homem saiu correndo, entrou no meio dos bambus. Ele vai afundar na areia movediça, pensei. Foi aí que os policiais atiraram” (BISCHAIN, 2010, p. 48). Neste trecho, percebemos que o imaginário infantil se imbrica com a cena, pois a areia movediça era uma brincadeira que Rita falava com seus amigos de infância. A realidade da morte e o impacto dela chega cedo. A violência faz parte do dia a dia das populações periféricas, que testemunham cotidianamente inúmeros casos. Ela sempre está presente na atualidade, se tornando uma constante advinda dos tempos coloniais. Mignolo (2017) teoriza a respeito da modernidade, que carrega no âmago a colonialidade:

a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da



modernidade – não há modernidade sem colonialidade. (MIGNOLO, 2017, p. 02).

A mulher é o grande alvo de violência do romance. Seja física ou psicológica, ela está exposta. Nas memórias de infância de Ritinha ela cita algumas situações. A primeira que ela conta é a história da Raquítica, que: “Numa discussão, seu Aginaldo, pai de Raquítica, deu um tiro na dona Inês, a mãe dela. Raquítica entrou no meio e levou um tiro no braço. Dona Inês morreu. O pai fugiu. Os vizinhos socorreram a menina e fizeram uma vaquinha pro enterro de dona Inês. (BISCHAIN, 2010, p. 70).

Nesse sentido, analiso essas violências pela teórica Simone Pereira Schmidt (2008), a partir do conceito sobre corpo feminino:

O corpo feminino subalterno, palco de conflitos onde se desdobram as tensões resultantes das relações desiguais de gênero, raça e classe no Brasil, corpo colonizado e verdadeiro campo de batalha, em cujos movimentos ainda se enfrentam a casa grande e a senzala, este corpo se encontra representado em textos ficcionais recentes. (SCHMIDT, 2008, p. 01).

O corpo das mulheres foi duplamente colonizado e oprimido pelos maridos, amantes, pais, isto é, homens em geral, que se sentem no direito de serem donos, como vemos no excerto da narrativa em questão, quando explana a respeito da história de Cleusa: “Meu pai vive batendo na minha mãe, nos meus irmãos, em mim. Hoje ele chegou em casa bêbado, foi pra cima da minha mãe, eu entrei no meio, ele me agrediu” (BISCHAIN, 2010, p. 72). Essas lógicas são constantes nos tempos atuais, mostrando a não superação do discurso colonial com relação ao corpo colonizado da mulher.

A narrativa aborda assiduamente o tema loucura, que aparece desde a infância de Rita, por diversos motivos, uns explicados ou não. No primeiro capítulo Rita fala da Velha – Iara, que costuma falar sozinha e sai pelas ruas da cidade (O caso dela vai ser explanado mais à frente neste artigo). A primeira situação que ela fala na infância é sobre Laura, que foi abandonada pela família depois que enlouqueceu. A personagem seu Olavo sofre do mesmo mal depois que volta da guerra, como um trauma carregado da violência que presenciou. Seu filho também herda e é levado para o sanatório.

Ritinha, já adulta e integrante do mercado de trabalho, compara a empresa que trabalha a uma prisão e relata as dificuldades com transportes públicos, salário mínimo, revistas rigorosas que os funcionários passam. Num desses casos, ela fala sobre a personagem Lúcia, uma companheira de trabalho, que sofre racismo por seu chefe e pela companhia:



Meu chefe é racista, aliás, acho que a empresa é racista. Vejo pouquíssimo negros trabalhando aqui. Minha amiga Lúcia é negra, fica o dia todo batendo carimbo de cancelado em cheques. O chefe a chamou em sua sala e gritou com ela. – Que serviço porco é este? Está tudo torto, bate este carimbo direito sua imunda! Lúcia saiu da sala chorando, foi direto ao departamento pessoal e pediu demissão (BISCHAIN, 2010, p. 81).

Esse caso representado demonstra o racismo estrutural no Brasil, perpetuando a relação “casa grande e senzala” com a configuração atual de chefe e empregada, e, por Lúcia ser negra, a sua humilhação se acentua. Em consonância com esse posicionamento, Mignolo (2017) salienta o racismo que persiste apesar do advento da modernidade:

Vamos tomar o exemplo da língua, do conhecimento, do racismo, da autoridade e da economia criando nós histórico-estruturais heterogêneos, que se transformam embora permaneçam mantendo a lógica da colonialidade: o contexto e o conteúdo mudam, porém, a lógica continua. (MIGNOLO, 2017, p. 12).

Nessa perspectiva, a narradora intercala a passagem de Lúcia com a história do amigo de infância, Pezão, um homem negro da favela que se envolve com crimes, desde adolescente. Ele roubava alimentos, hoje rouba bancos. A estrutura de exclusão dos negros do mercado de trabalho reflete na realidade e opressão que Pezão vive, se entregando ao crime como meio de sobrevivência. O destino dele foi cruel. Mais à frente da narrativa a gente descobre que ele foi condenado a dez anos de prisão e por uso de drogas injetáveis foi contaminado pelo HIV: “Em fase terminal foi jogado em uma cela, isolado, sem tratamento. Dona Maria foi atrás de um advogado, queria transferir o filho para um hospital, nada adiantou, a burocracia atropelou a dignidade, ele morreu naquele lugar sombrio, num sofrimento desumano” (BISCHAIN, 2010, p. 119). Essa situação costuma acontecer principalmente aos corpos negros, periféricos e pobres. Não existe dignidade e comoção social para os detentos, porque por estarem presos são vistos como animais e seus direitos como humanos são negligenciados.

Ainda referente à Lúcia, Ritinha relata a dificuldade do desemprego, logo ela que engravida e cogita a possibilidade de abortar em uma clínica clandestina: “Essas clínicas de aborto são um risco de morte, fico muito preocupada, mas não digo nada, Lúcia já tem tantos problemas!” (BISCHAIN, 2010, p. 83). O controle do Estado sobre o corpo da mulher e, derivado disso, a criminalização do aborto, se constitui como mais uma ferramenta opressiva



contra os direitos da mulher, retirando o poder de decisão sobre o próprio corpo, tendo que se submeter a procedimentos clandestinos. Assim sendo, veremos no próximo tópico a representação do regime militar brasileiro que recrudescer a dominação e a injustiça na população.

Heranças da ditadura

Casos de suicídio, mortes a caminho do trabalho, auxílios comunitários como curso de alfabetização de adultos e doações aos que perdem suas casas, são situações rotineiras. Neste ponto da narrativa, Ritinha se torna professora de migrantes nordestinos que fogem do abandono das zonas rurais para se alojarem nas favelas de São Paulo com a esperança da melhora de vida na época ditatorial brasileira⁴. O que encontram é mais dificuldades, pois sem estudo ocupam vagas de subempregos e seus filhos, “por falta de oportunidades, sem estudo e sem trabalho, seus filhos estão se envolvendo com drogas, praticando roubos” (BISCHAIN, 2010, p. 86).

No período da ditadura, a situação do campesinato se tornou caso de morte, resistência ou abandono. De acordo com o portal *Memórias da Ditadura*:

O regime militar, ciente de que a miséria no campo poderia se tornar um problema político grave, até esboçou um conjunto de políticas sociais para o trabalhador rural. Entre elas, estava o Programa de Distribuição de Terras (Proterra) e o Fundo do Trabalhador Rural (Funrural), nos anos 1970. Mas isso não foi suficiente para mudar o quadro vigente de exploração e miséria. (VANNUCHI *et al.*, 2014).

O efeito cascata dessa conjuntura se instaura com os latrocínios e com os corpos abandonados na rua: “Meu irmão Guilherme e eu sempre paramos para socorrer feridos, mas à partir dessas duas mortes, começamos a ‘socorrer’ também os mortos. Os levamos para o pronto-socorro mais próximo, só para não deixar na rua” (BISCHAIN, 2010, p. 87). A suspensão dos direitos humanos na época repressiva brasileira também é citada: “Dona Maria foi visitar Pezão. Voltou angustiada. – Ele está com o corpo cheio de marcas roxas, o rosto inchado, bateram muito nele” (BISCHAIN, 2010, p. 90).

⁴ Uma das temáticas históricas abordadas no livro em questão é a ditadura militar brasileira, que se iniciou em 1964 e terminou em 1985. Esse período abrangeu o âmbito político e o social, deixando consequências sentidas, até hoje, na atual configuração democrática. As denúncias e abusos cometidos na ditadura foram inúmeros e atingiram a população como um todo. As pessoas eram acusadas de subversivas e imediatamente presas, torturadas. As que não conseguiam se exilar, mortas.



Os descasos com trabalhadores, como as mortes resultantes das construções faraônicas brasileiras, são comentados por Ritinha: “A construção da ponte Rio-Niterói está a todo vapor. Os trabalhadores mortos por falta de equipamentos de segurança, sem registros oficiais, estão sendo devidamente cimentados em seus pilares (os pilares da ponte)” (BISCHAIN, 2010, p. 100). Diante do exposto, vemos que a história do Brasil é forjada no apagamento dos corpos empilhados derivados da violência da colonialidade, os quais se somam aos da atualidade. A modernidade esconde nas construções, literalmente, os corpos que trabalharam no progresso da nação. As mudanças operadas ao longo dos anos no Brasil para reverter esse cenário, ou até mesmo disfarçá-lo, se configuram como superficiais, se tornando nítido o desprezo por parte dos governos do Brasil para modificar esse quadro que permanece, como salienta Schmidt (2006):

as inovações do progresso burguês e as ideias modernas de civilização pressupostas na construção do Estado-nação como liberdade, cidadania e direitos civis passaram a coexistir, em um complexo de relações próprias ao cenário brasileiro, com formas antigas de mandonismo, exploração de trabalho, latifúndio, gerando desigualdades sociais imensas, opressões e exclusões que persistem, lastimavelmente, como signos dos preconceitos que permeiam toda a sociedade (SCHIMDT, 2006, p. 775).

O posicionamento da autora referenciada acima nos possibilita uma retomada com a teoria de Mignolo (2017) quando ele expõe a matriz colonial que persiste em nossa realidade: “Lembre-se de que a matriz colonial (que se manifesta na retórica da modernidade, que esconde a lógica da colonialidade) é equivalente a civilização ocidental como tem sido construída nos últimos 500 anos” (MIGNOLO, 2007, p. 10).

Ainda com relação à ditadura militar brasileira, Ritinha relata situações de descaso das instituições governamentais para com a população que se rebelava contra o regime, atingindo o meio próximo da narradora personagem com o desaparecimento de seu marido Henrique:

Me disseram que Henrique estava entre os presos que foram levados para um manicômio em Goiás e teria recebido o tratamento que dão aos internos: isolamento, rebaixamento, degradação, humilhação, somados a drogas fortes, choques e torturas. Uns foram jogados no mar. Outros foram enterrados como indigentes sem identificação ou com nomes falsos. [...]. Hoje, passados dois anos, nenhum esclarecimento sobre o que aconteceu. Continua acontecendo, mais pessoas estão morrendo e a cada novo caso a gente relembra tudo, sofre tudo novamente (BISCHAIN, 2010, p. 113).



A dor continuada da protagonista não cessa, porque por mais que procure o corpo do marido ela não encontra e não fecha o processo de luto. O Estado brasileiro se omite dos crimes cometidos nesta época, além de apagar provas das violações: “Em vários Estados foram encontradas evidências de que documentos do Exército foram incinerados” (BISCHAIN, 2010, p. 115).

Com o objetivo de agrupar os documentos que atestam as violações dos direitos humanos na ditadura, três momentos são cruciais, segundo Eurídice Figueiredo (2017, p. 17), que são: o projeto “Brasil: nunca mais” (1979), a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) e a Comissão Nacional da Verdade (2011). No entanto, apesar da Comissão Nacional da Verdade, que foi realizada apenas em 2014, ter contribuído, junto com os demais projetos citados acima, para que muitas vezes se manifestassem, relatando as arbitrariedades e violações dos direitos humanos entre 1946 e 1988, ela não proporcionou o julgamento de culpados do período, vigorando ainda a Lei da Anistia de 1979. Portanto, “O país ainda está aguardando que as Forças Armadas liberem os arquivos secretos em seu poder e façam um pedido formal de desculpas pela tortura e morte de pessoas” (FIGUEIREDO, 2017, p. 20). Atualmente, vemos que o discurso de não reconhecimento da ditadura militar no contexto brasileiro tem se ampliado devido ao desenvolvimento de correntes de pensamentos de extrema direita que defendem o período como sendo uma revolução militar, coincidindo com o pensamento hegemônico dentro das forças armadas do país.

Citando a velha – Iara –, Rita interliga a dor que sente com a dor dela, que perde um filho para a ditadura – Henrique –, dialogando com umas das medidas do Estado brasileiro que pagou uma indenização para as famílias de mortos e desaparecidos políticos. Rita diz que: “Dinheiro nenhum vai curar a alma doente da velha que passa o dia andando pela casa, revelando um a um os seus pensamentos. Quem vai curar a dor que dentro dela quebrou o elo entre presente e passado e de nós duas roubou o futuro?” (BISCHAIN, 2010, p. 115).

Na última parte do livro, a personagem Iara conta as memórias. Três filhos seus morreram e o quarto está desaparecido. Henrique é morto e torturado pela ditadura militar. Edson e Lucas, por serem quase gêmeos, são constantemente confundidos um com o outro. Por conta dessa semelhança, Edson leva um tiro no lugar de seu irmão Lucas, que era envolvido com drogas, e nesse acerto de contas é assassinado. Lucas vai morar na rua em uma espécie de cracolândia e acaba desaparecido. A Elisa é vítima de violência psicológica, se tornando prisioneira do marido. Infelizmente, por conta de um filho morto que ela carregava dentro de si, sofre uma infecção generalizada e morre por negligência do médico que não a examinou



direito, só passou analgésicos. Á vista disso, podemos dialogar com a teórica Simone Pereira Schmidt (2008), que fala a respeito do corpo mestiço:

Este corpo mestiço que, segundo o depoimento do escritor angolano Arlindo Barbeitos, constitui-se em verdadeiro campo de batalha, para onde confluem todas as contradições inerentes ao contato entre brancos e negros na história colonial de seu país. (SCHMIDT, 2008, p. 01).

A herança do corpo mestiço, Iara, enlouquece. É o que lhe resta diante das dores incontornáveis da vida. A perda de todos os seus filhos é o patrimônio da violência perpetuada desde suas ancestrais, vivendo em um *loop* do dia quando seu filho Edson foi comprar pão e acaba assassinado, só restando a procura pelo filho perdido - Lucas. Rita passa a cuidar de Iara e as duas se unem pela solidão.

É válido ressaltar que nas memórias de Iara é citada a morte dos pais de Rita: “Morreu o pai de Ritinha. Ela está muito triste. A mãe de Ritinha, minha grande amiga, nos deixou há quatro anos. Tento consolar Ritinha, ela está se sentindo tão só” (BISCHAIN, 2010, p. 125). Rita se torna órfã e os irmãos casam e se mudam para lugares distantes. Somando-se ao trauma da perda do marido, com apenas 4 meses de casada, ela não consegue elaborar a dor da morte dos pais, pois ela não cita em suas reflexões.

A narrativa *Nem tudo é silêncio* se fecha na possível loucura de Ritinha, depois que a velha morre: “- Lá vai a doida varrida, a biruta, a lelé da cuca, a noia. Lá vai ela, a mulher que fala sozinha. Que louca! Afinal, alguém entende o que ela diz?” (BISCHAIN, 2010, p. 135). Nesse excerto, vemos que Rita, ao se ver sozinha, segue os passos da velha, como uma loucura herdada da solidão. Portanto, a solidão e a loucura fazem parte das personagens como constantes na narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos literários propiciam debates acerca da representação do caráter afetivo dos sujeitos frente aos tempos violentos, mostrando os impactos subjetivos nas figurações. De acordo com o que foi exposto, vemos que a representação da violência na obra *Nem tudo é silêncio* fomenta a conexão da crueldade que perpassa a história do Brasil com a realidade das mulheres em sociedade, trabalhando uma proposta de mostrar como os atos coletivos influenciam os individuais, em uma violência em espiral.



Os tempos abordados no romance se unem a partir da violência que não foi problematizada no Brasil, apenas empurrada para debaixo do tapete. Utilizando desse espaço privilegiado da literatura, *Nem tudo é silêncio* des-silencia, escancarando a violência sofrida tanto no passado como no presente da realidade das mulheres brasileiras.

As vozes das mulheres da trama, desses corpos duplamente colonizados, reivindicam neste livro a visibilidade das participações na resistência, no caráter ativo das mulheres na história e da força que emanam, apesar das opressões diversas, contrariando discursos que querem negar a relevância das mulheres na sociedade.

O romance de formação implementado pela autora apresenta uma possibilidade de solução contra o apagamento das mulheres. No âmbito estrutural, o caráter fragmentado da obra mostra que os tempos de violência se misturam, pois o passado violento está no presente como está no futuro, denunciando as arbitrariedades existentes na atualidade.

REFERÊNCIAS

- BISCHAIN, Sônia Regina. **Nem tudo é silêncio**. São Paulo: Coletivo Cultural Poesia na Brasa, 2010.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- DALCASTAGNÉ, Regina. A Representação da Mulher no Romance Brasileiro Contemporâneo. In: CORRÊA, Regina Helena M. A. (Org.). **Nem fruta Nem flor**. Londrina: Edições Humanidades, 2006. p. 195-221.
- FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista brasileira de ciências sociais**, Vol. 32, nº 94, 2017.
- RUFFATO, Luiz. Leia a íntegra do discurso de Luiz Ruffato na abertura da Feira do Livro de Frankfurt. **Estadão**. São Paulo, 08 de outubro de 2013. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,leia-a-integra-do-discurso-de-luiz-ruffato-na-abertura-da-feira-do-livro-de-frankfurt,1083463> page. Acessado em: 20 de jun. 2019.
- SAAVEDRA, Carola. **Com armas sonolentas. Um romance de formação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. **Revista Estudos Feministas** v.14, nº 3. Florianópolis, setembro-dezembro de 2006, p. 765-799.
- SCHMIDT, Simone Pereira. De volta pra casa ou o caminho sem volta em duas narrativas do Brasil. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº. 32. Brasília, julho-dezembro de 2008, p. 21-30.
- VANNUCHI, Camilo et al. Trabalhadores rurais. **Memórias da Ditadura**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>. Acesso em: 19 jun. 2019.